

## Prontos para a mudança de ciclo? O que mostram os dados desagregados recentes do mercado de trabalho brasileiro

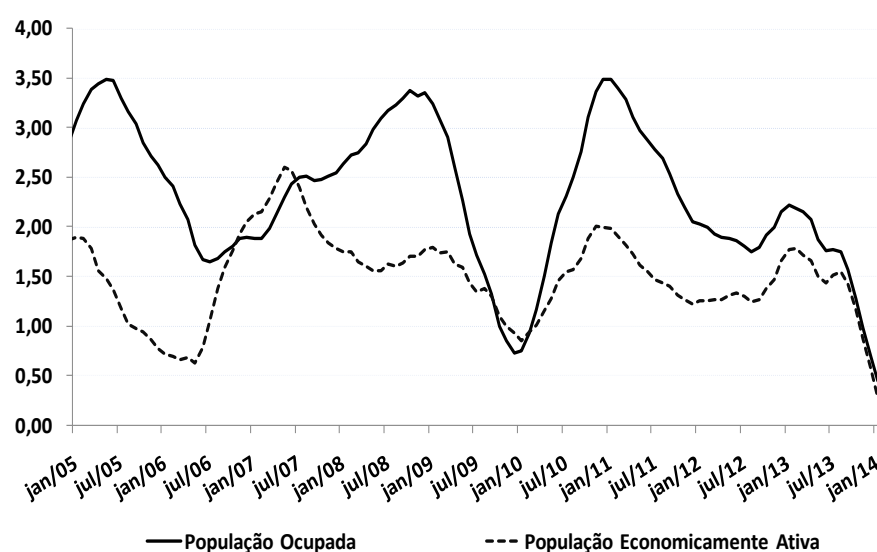
A desaceleração do crescimento econômico brasileiro nos últimos três anos não poderia deixar de ter repercussão sobre o mercado de trabalho. Em 2010, diante dos 7,5% de avanço do PIB, o país abriu, de acordo com dados do CAGED, 3,1 milhões de postos de trabalho formais (média mensal de 265 mil novas vagas), um recorde. No ano passado, esse número caiu para 1,1 milhão (uma média mensal de 91 mil novas vagas), menor até do que em 2009, ano de recessão. Os dados do Ministério do Trabalho e Emprego evidenciam uma forte desaceleração no ritmo de contratações durante esse período.

Na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação fechou 2013 em 4,3%, o menor valor da série iniciada em 2002. A pequena elevação, observada em janeiro deste ano,

para 4,8%, não impediu que a marca fosse a mínima histórica para o referido mês. Surge então a pergunta: como é possível conciliar tamanha contração no mercado de trabalho formal com esta taxa de desocupação que indica situação de pleno emprego?

A resposta começa a ser esboçada com o **Gráfico 1**. Nele, podemos observar a recente trajetória declinante do ritmo de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Ocupada, medidas pela PME. Em dezembro de 2012, a PEA cresceu 1,7%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Em dezembro passado, na comparação com o mesmo mês de 2012, foi registrado crescimento de 0,6%. Em relação à população ocupada, o comportamento foi muito parecido, com a taxa de crescimento recuando de 2,1% para 0,7% no mesmo período.

**Gráfico 1 – Taxa de crescimento inter-anual da População Ocupada e da População Economicamente Ativa:**  
jan/05 a jan/14



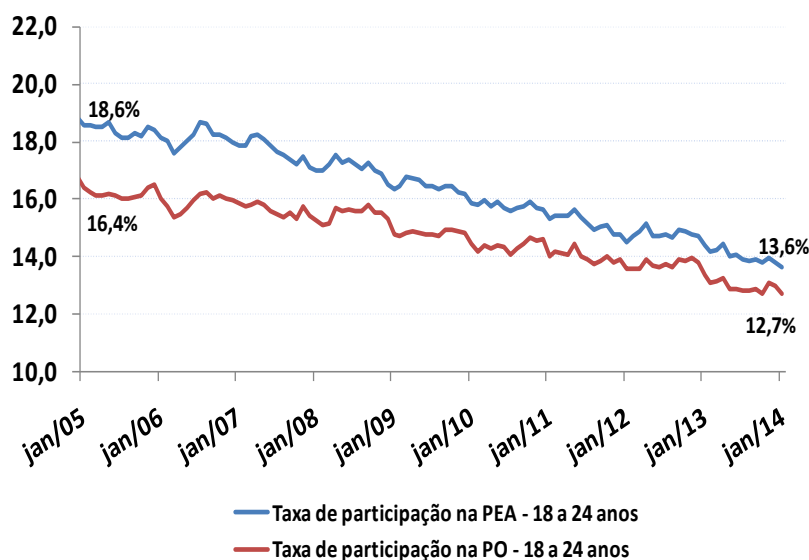
Como se vê, a ocupação perdeu dinamismo em 2013, o que não se refletiu em avanço do desemprego porque o ritmo de crescimento da população economicamente ativa também se mostrou em declínio. Em janeiro deste ano, ambas as variáveis continuaram em queda.

Fonte: PME/IBGE

## Mudanças demográficas e incentivo à maior qualificação: determinantes do recuo recente da PEA

Uma parte da explicação para o recuo da PEA são as mudanças demográficas. Quando a população passa a crescer mais lentamente, por consequência, o número de trabalhadores disponíveis para serem empregados também cresce mais devagar. A outra parte da explicação para a menor procura de emprego está no **Gráfico 2**, que indica a taxa de participação dos jovens entre 18 e 24 anos no total da população ocupada e no total da PEA.

**Gráfico 2 – Taxa de participação de jovens entre 18 e 24 anos na PEA e na População Ocupada: jan/05 a jan/14**



Fonte: PME/IBGE.

As razões apontadas para essa *fuga* de jovens do mercado de trabalho estão relacionadas com a busca por melhor qualificação. O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programa do Governo Federal destinado a financiar a graduação em nível superior, passou por mudanças significativas em 2010, saltando de 76 mil contratos formalizados naquele ano para 556,5 mil em 2013<sup>1</sup>. O PROUNI, outro exemplo, ofereceu 191,6 mil bolsas de estudo somente para o 1º semestre de 2014<sup>2</sup>. Entra nessa conta

O que se vê é uma contínua redução da participação dos jovens dessa faixa etária. Isto é, os jovens entre 18 e 24 anos, economicamente ativos, no início de 2005, eram 18,6% da PEA total, reduzindo-se a 13,6% no início deste ano. Da mesma forma, os jovens naquela faixa etária, ocupados, representavam 16,4% do total de ocupados em 2005, caindo a 12,7% no início de 2014

Em outras palavras, uma parcela cada vez maior dos jovens entre 18 e 24 anos vem deixando de procurar emprego (e, portanto, deixando de alimentar o crescimento da PEA), mas não necessariamente por conta de dificuldades na obtenção de trabalho. Pelo contrário, o desemprego entre eles tem diminuído: no mesmo período, a desocupação nessa faixa etária caiu de 20,8% para 11,5%.

também o PRONATEC, que oferece bolsas de estudo em cursos técnicos. Apesar de não ser possível neste espaço a mensuração exata do efeito desses programas, é razoável supor que tenham contribuído para adiar a entrada de jovens no mercado de trabalho. Se isto for verdade, também é razoável supor que somente a deterioração acelerada das condições macroeconômicas (fatores conjunturais da economia) poderá influenciar no curto prazo, a taxa de desemprego.

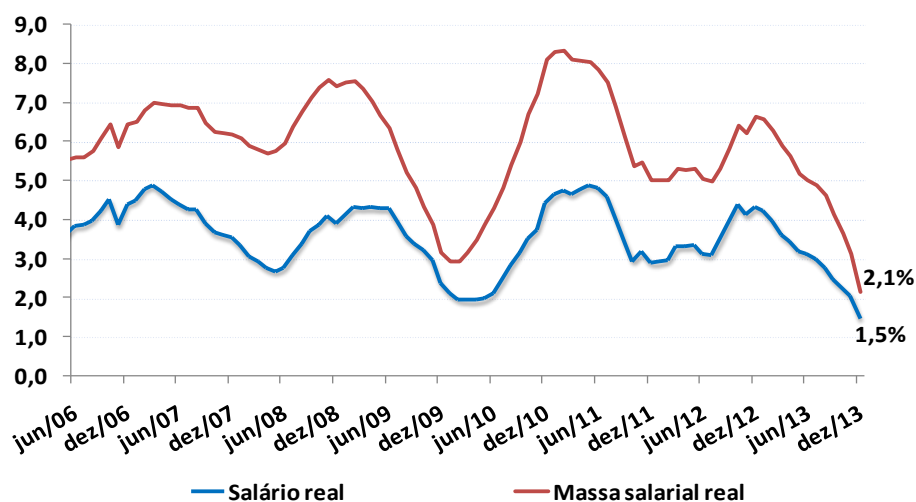
## Menor ritmo de crescimento dos salários reais aponta enfraquecimento do consumo agregado, enquanto a rotatividade permanece em patamar elevado

Alguns sinais apontados pelo mercado de trabalho merecem vigilância e demandam preocupação. Um deles, o menor ritmo de crescimento da população ocupada, já foi abordado. Outro se refere aos salários reais.

Na mesma Pesquisa Mensal de Emprego,

A massa salarial real (População Ocupada x Salário Médio Real) registrou brusca redução no ano passado. Esta, que crescia 6,6% ao ano em dez/12, passou a se expandir à taxa de 2,1% a.a. em dez/13. O impacto disso é a perda de força do consumo das famílias.

**Gráfico 3 – Crescimento inter-anual do salário médio real e da massa salarial real: jun/06 a dez/13**



Fonte: PME/IBGE.

Outro aspecto interessante diz respeito à taxa de rotatividade no mercado de trabalho brasileiro, que se manteve em patamar elevado em 2013, tendência que deverá permanecer em 2014 (**Tabela 1**). A taxa de rotatividade engloba substituições e outros movimentos no mercado de trabalho decorrentes de falecimento, aposentadoria, pedido de demissão e dispensa. Indica o número de reposições realizadas pelas empresas, em um determinado período. Quanto menor é a taxa de rotatividade, menor é a reposição e, logo, maior é o tempo médio

observou-se em 2013 uma rápida diminuição no ritmo de crescimento do salário médio real, chegando, em dez/13, a 1,5% (contra dez/12), quando no mesmo mês do ano anterior estava crescendo a 4,3% (contra dez/11)

de permanência dos trabalhadores nos seus empregos. Admite-se que ela é afetada pelo nível de atividade econômica. Em uma conjuntura recessiva, a taxa de rotatividade tende a diminuir porque, ao despedir, a empresa não contrata outro empregado no lugar. Nesse tipo de conjuntura, até os próprios empregados evitam pedir demissão por medo de não encontrarem melhores oportunidades no mercado de trabalho. Em uma situação de prosperidade, ocorre o inverso, ou seja, a rotatividade aumenta por iniciativa da empresa e dos empregados.

**Tabela 1 – Taxa de rotatividade mensal (média em cada ano) em %**

| <b>Ano</b> | <b>Taxa mensal (média de 12 meses)</b> |
|------------|----------------------------------------|
| 2013       | 3,90                                   |
| 2012       | 3,88                                   |
| 2011       | 3,98                                   |
| 2010       | 3,88                                   |
| 2009       | 3,56                                   |
| 2008       | 3,68                                   |
| 2007       | 3,33                                   |
| 2006       | 3,11                                   |

**Fonte:** Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED)/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Uma consequência da alta taxa de rotatividade é a elevação do número de concessões de seguro-desemprego, cujo montante elevou-se de R\$ 11,5 bilhões em 2002 para R\$ 31,9 bilhões em 2013, valores expressos em Reais de 2013<sup>3</sup>. Além da alta taxa de rotatividade, contribuíram para este crescimento o aumento da formalização (apenas os trabalhadores formais têm acesso ao benefício) e a valorização real do salário mínimo, com forte impacto sobre os benefícios dos trabalhadores na base da pirâmide salarial. O montante de seguro-desemprego concedido, somado ao abono salarial (destinado aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos) atingiu R\$ 47 bilhões em 2013 (cerca de 1,0% do PIB), o que vem motivando discussões entre diversos setores governamentais, sobre como reduzir o impacto destes gastos. Entre outras propostas, estuda-se uma restrição no número de parcelas do seguro-desemprego

(que hoje varia entre três e cinco no primeiro pedido) e extensão na carência entre um pedido e outro (atualmente de 16 meses), assim como o aumento do número de meses trabalhados para a concessão de abono salarial.

#### **Notas:**

<sup>1</sup> Dados retirados de: <<https://www.itau.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/publicacoes/macro-visao/desemprego-queda-da-taxa-de-participacao-e-o-fies>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

<sup>2</sup> Dados retirados de: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/pro-uni-completa-10-anos-veja-os-avancos-e-as-criticas-ao-programa,8fa03f94133e3410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

<sup>3</sup> Dados retirados de: <<http://www.insper.edu.br/noticias/opcoes-para-cortar-gasto-com-seguro-desemprego/>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

*Profº Doutorando Felipe de Holanda (Pesquisador do GAEPP)  
Graduando em Economia Vicente Anchieta Júnior (IMESC/SEPLAN).*